



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 4.344, DE 2025**

**(Do Sr. Beto Richa)**

Altera o art. 8º da Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, para incluir os professores de escolas públicas entre os beneficiários com prioridade no Programa Minha Casa, Minha Vida.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-963/2024.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

**PROJETO DE LEI Nº \_\_, DE 2025**  
**(Do Sr. Beto Richa)**

Altera o art. 8º da Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, para incluir os professores de escolas públicas entre os beneficiários com prioridade no Programa Minha Casa, Minha Vida.

Apresentação: 01/09/2025 14:09:21.150 - Mesa

PL n.4344/2025

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X:

“Art. 8º. (...)

X – professores em efetivo exercício na educação básica em escolas públicas de ensino.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

O presente Projeto de Lei tem por objetivo alterar o art. 8º da Lei nº 14.620/2023, que trata das prioridades no atendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida, para incluir entre os beneficiários prioritários os professores da rede pública de educação básica.

A Constituição Federal estabelece, em seu art. 6º, a moradia e a educação como direitos sociais fundamentais. Além disso, o art. 205 consagra a educação como direito de todos e dever do Estado, que deve valorizá-la por meio da valorização dos profissionais do magistério (art. 206, inciso V).

Os professores da rede pública de educação básica exercem função essencial à formação das novas gerações, em contextos muitas vezes marcados por baixa remuneração, condições precárias de trabalho e dificuldades de acesso à moradia digna. Ao incluir esse grupo no rol de prioridades do Programa Minha Casa,



Minha Vida, o legislador busca corrigir desigualdades e assegurar maior estabilidade social e econômica a esses profissionais.

A medida também encontra respaldo em princípios constitucionais como a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), a valorização do trabalho (art. 1º, IV) e a redução das desigualdades sociais (art. 3º, III).

Assim, a proposta se mostra não apenas legítima, mas necessária e coerente com os objetivos constitucionais da República, promovendo a valorização de quem dedica sua vida à educação pública.

Diante do exposto, conto com o apoio dos nobres Pares para a aprovação desta proposição.

**DEPUTADO BETO RICHÁ**  
**PSDB/PR**





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

|  |   |
|--|---|
| <b>LEI Nº 14.620, DE 13 DE<br/>JULHO DE 2023</b> | <a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:202307-13;14620">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:202307-13;14620</a> |
|--|---|

|                         |
|-------------------------|
| <b>FIM DO DOCUMENTO</b> |
|-------------------------|